

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.045 - PI  
(2019/0226406-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO DA SILVA AMORIM (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**DECISÃO**

**FRANCISCO DA SILVA AMORIM** agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** na Apelação Criminal n. 2017.0001.009769-0.

O insurgente foi condenado, em primeira instância, pelo crime do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, por duas vezes, em concurso formal. O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva e, dessa forma, manteve a pena definitiva em 7 anos de reclusão mais 117 dias-multa, em regime inicial fechado.

Nas razões do especial, o agravante apontou a violação dos arts. 386, VII, do Código de Processo Penal, 50, § 2º, 59 e 60, todos do Código Penal. Pleiteou, em síntese, a sua absolvição por insuficiência da prova e, subsidiariamente, o decote das majorantes (arma de fogo e concurso de pessoas) ou a redução da fração de aumento.

O especial foi inadmitido em juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal local, às fls. 272-274, o que motivou a interposição desta impugnação.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 325-329, pelo não provimento do agravo.

**Decido.**

**I. Absolvição – inviabilidade**

A defesa requer a absolvição do acusado pela aplicação do brocardo *in dubio pro reo*. Argumenta: "*In casu*, não há provas irrefutáveis que alicercem a condenação do acusado" (fl. 243).

O acórdão recorrido explicitou (fls. 229-231, grifos no original):

[...]

DO CONJUNTO PROBATÓRIO (SUFICIENTE). Pelo que consta dos autos, a materialidade e a autoria dos delitos encontram-se suficientemente demonstradas, sobretudo pela palavra coesa, harmônica e detalhada das 02 (duas) vítimas em juízo, ratificadas pelas confissões judicial do corrêu e extrajudicial do apelante (em que pese esse último tenha se retratado em audiência, alegando que, embora estivesse presente na ocasião, não teve qualquer participação na empreitada delituosa).

[...]

Finalmente, o próprio apelante (FRANCISCO) confessou a prática delitiva em sede de inquérito policial, de forma uníssona com a vertente fática até aqui extraída. Confirmou que foi ao encontro do FERNANDO para convidá-lo a praticar o roubo, a fim de que saldasse a mencionada dívida. Afirmou, ainda, que foram juntos ao encontro das vítimas, tendo permanecido mais recuado enquanto FERNANDO subtraía os bens. Após aguardar toda a execução do delito, empreenderem fuga juntos. Por fim, quando da divisão dos produtos do roubo, o apelante obteve a melhor parte, dando por quitada a dívida do comparsa.

DA CONDENAÇÃO (MANTIDA). Trata-se portanto de um farto e denso conjunto probatório, suficientemente apto a amparar a versão acusatória, impondo então a manutenção da sentença condenatória.

A instância antecedente atestou haver nos autos comprovação suficiente da autoria e da materialidade delitiva. Destacou especialmente as declarações das vítimas e da testemunha, além da confissão do corrêu.

A pretensão absolutória implica, pois, juízo de suficiência da prova da condenação, o que não é viável em recurso especial por demandar reexame fático-probatório, consoante o entendimento da Súmula n. 7 do STJ, conforme ressaltado na decisão que inadmitiu o especial.

## **II. Arma de fogo e concurso de agentes – decote inviável**

A defensoria se insurge contra o reconhecimento das

majorantes relativas à utilização de arma de fogo e ao concurso de agentes. Assevera que "não se encontra nos autos a apreensão de nenhuma arma de fogo, não demonstrando concretamente a materialidade em relação a tal objeto" (fl. 243). Acrescenta: "não há o que se falar em concurso de agentes, pois não foi comprovada a atuação do Réu em conjunto com o outro acusado" (fl. 244).

Consta do julgado impugnado (fl. 231, destaques no original):

[...]

DAS MAJORANTES (MANTIDAS). Tais elementos de prova, sobretudo por força da palavra firme e verossímil das vítimas, mostra-se também suficiente a amparar as causas de aumento de pena reconhecidas na sentença, diante da prática delitiva em concurso de agentes e mediante uso de arma de fogo.

A Terceira Seção deste Superior Tribunal pacificou que, "no crime de roubo, a incidência da majorante relativa ao emprego de arma prescinde de sua apreensão e perícia, ainda que se trate de arma branca, sendo possível demonstrar-se sua utilização mediante outros meios de prova" (**AgRg no AREsp n. 194.561/RS**, Rel. Ministra **Assusete Magalhães**, 6ª T., DJe 21/3/2013). E mais: **AgRg no AREsp n. 151.158/RS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 21/8/2013; **AgRg no Ag n. 1.285.239/RJ**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 13/8/2013).

**O acórdão decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior sobre a questão**, haja vista a desnecessidade de perícia a fim de comprovar a potencialidade lesiva da arma para a incidência da majorante no crime de roubo, **notadamente como no caso dos autos, em que foi confirmado o emprego do objeto por meio da prova oral produzida na instrução do feito**.

Também não há plausibilidade no afastamento da causa de aumento relativa ao concurso de agentes, visto que foi devidamente destacada a prática do ilícito juntamente com o corréu.

### **III. Majorantes – fração de aumento**

A parte impugna também a fração de 1/2 em razão das

majorantes acima destacadas. Aduz: "a simples existência de algumas circunstâncias não é suficiente, por si só, para ensejar o aumento de pena em seu patamar máximo, devendo a escolha da fração ser pautada pelo critério subjetivo, em obediência ao princípio constitucional da individualização da pena" (fl. 245).

Nesse ponto, constato que o Tribunal de origem não se manifestou sobre o tema. A matéria sequer foi suscitada nas razões da apelação defensiva naquela instância. Assim, o recurso especial não é admissível por ausência de prequestionamento, consoante o entendimento da Súmula n. 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

#### **IV. Majorantes – fundamentação idônea – habeas corpus de ofício**

Contudo, ao observar a sentença condenatória, constato a ilegalidade no tocante à fundamentação utilizada para fixar a exasperação da pena em 1/2 por conta das majorantes.

O Magistrado de primeira instância, ao estabelecer a reprimenda na terceira fase da dosimetria, explicitou a seguinte motivação (fl. 150):

[...]

3ª fase – CAUSAS DE AUMENTO DE DIMINUIÇÃO E CAUSAS DE AUMENTO DA PENA:

Não há causa de diminuição da pena, mas há duas causas de aumento, prevista no parágrafo 2º, do artigo 157, do Código Penal, por ter sido o crime praticado com o emprego de arma de fogo e em concurso de pessoas (incisos I e II).

Aumento, portanto, em 1/2 a pena privativa de liberdade imposta ao acusado, uma vez que foram reconhecidas várias circunstâncias judiciais negativas em seu desfavor, o que é justificável visando, principalmente, atender à individualização da pena.

O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta; não é suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ.

Na hipótese, a referência às vetoriais desfavoráveis não é justificativa idônea para o incremento da reprimenda acima do patamar mínimo de 1/3, além de representar indevido *bis in idem*. A se validarem motivações dessa natureza, basta haver circunstâncias judiciais negativas para que o réu receba, de forma automática, frações mais gravosas pelas majorantes, o que não se pode permitir.

Assim, deve ser reduzida a fração de aumento, em razão do emprego da arma de fogo e do concurso de agentes, para o patamar mínimo de 1/3.

Mantidos os critérios fixados na origem, estabeleço, na terceira fase, a reprimenda de 5 anos e 4 meses de reclusão mais 15 dias-multa, para cada um dos crimes de roubo. Pelo concurso formal, mantenho a fração de 1/6 e torno definitiva a sanção de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão mais 16 dias-multa (fração mínima), em regime inicial fechado.

Ficam mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

#### **V. Dispositivo**

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

**Concedo habeas corpus de ofício** para estabelecer em 1/3 a fração de aumento pelas majorantes do crime de roubo e fixar a pena definitiva de Francisco da Silva Amorim em 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão mais 16 dias-multa (fração mínima), em regime inicial fechado (Processo n. 0000324-78.2017.8.18.0046).

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias para as providências cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator